

Bancada evangélica recua e já admite adiar a votação do PL do aborto



Nas ruas. Protesto em São Paulo no sábado: o fim de semana foi marcado por novas manifestações pelo país, em ao menos oito capitais, contra o projeto que aumenta a criminalização do aborto

RECUO NA CÂMARA

Após repercussão negativa, bancada evangélica admite adiar PL do Aborto

LAURIBERTO POMPEU
E JENIFFER GULARTE
lauriberto.pompeu@globo.com.br
BRASILIA

Alvo de protestos nas ruas e de forte reação contrária nas redes sociais, o projeto que equipara o aborto após a 22ª semana ao crime de homicídio deve ter sua votação postergada na Câmara. O autor do texto, deputado Sôstenes Cavalcante (PL-RJ), da bancada evangélica, admite uma mudança de estratégia e afirma que a análise no plenário pode ser deixada para o fim do ano, após as eleições municipais. O governo, que não se opôs à aprovação da urgência para a tramitação da proposta, na semana passada, agora afirma que vai atuar para barrar o avanço da iniciativa no Congresso.

A senha de que a proposta seria colocada na geladeira já havia sido dada pelo próprio presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Após promover uma votação relâmpago — de apenas 25 segundos — para a urgência do projeto, ele disse que não havia previsão de quando seria definido um relator nem quando o mérito do texto será colocado em pauta. O deputado do PP foi um dos principais alvos dos protestos, desde a semana passada, por ser quem controla a pauta da Casa.

O fim de semana foi marcado por novas manifestações contra o projeto pelas ruas do país em ao menos oito capitais. Ontem, protestos ocorreram em Vitória e Palmas. No sábado, outras seis cidades foram palco de atos, a exemplo de São Paulo e Belo Horizonte.



Lira. Disse não haver previsão de data para a votação



Sôstenes. Afirou agora não ter pressa para votar

ENTENDA O CASO



O que diz o projeto de lei
O PL 1904/2024, de autoria do deputado Sôstenes Cavalcante (PL-RJ), da bancada evangélica, equipara o aborto a homicídio quando realizado após a 22ª semana da gestação, inclusive em casos de estupro.



Punição para a mulher
Caso o projeto seja aprovado pelos parlamentares, o procedimento será punido com reclusão de seis a 20 anos. Um homem que comete crime de estupro pode pegar, no máximo, dez anos de prisão.



Transição
Após a repercussão negativa, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), disse não haver previsão de quando o projeto entrará em pauta. Sôstenes admitiu que a votação pode ser deixada para depois das eleições.

Após a repercussão negativa, Sôstenes adotou discurso semelhante ao de Lira. Segundo o deputado do PL, apesar da aprovação da urgência, que prevê votação a partir da sessão seguinte da Câmara, não há pressa para que a iniciativa seja pautada. Sôstenes afirma que o projeto é uma promessa

feita por Lira a evangélicos quando ele se candidatou à reeleição no comando da Casa, em 2021, e que ele tem até o fim do ano, quando acaba seu mandato, para cumprir. — Não estou com pressa nenhuma. Votei a urgência e agora temos o ano todo para votar isso. O Lira tem compromisso

conosco e ele pode cumprir até o último dia do mandato dele — disse o parlamentar, que já presidiu a Frente Parlamentar Evangélica, a bancada da Bíblia. — Se não cumprir fica difícil de pedir apoio (para o candidato à sucessão). O apoio de Lira a iniciativas caras ao bolsonarismo na Câ-

com o público evangélico, de quem o presidente Lula gostaria de se reaproximar. Sôstenes chegou a afirmar ao jornal "Folha de S.Paulo" que a votação seria "um bom teste para o Lula provar aos evangélicos se o que ele assinou na carta era verdade ou mentira". O deputado se referia ao documento assinado pelo então candidato do PT à Presidência nas eleições de 2022, no qual o petista afirmava ser contra o aborto.

O deputado do PL é próximo do pastor Silas Malafaia, que é seu companheiro de igreja na Assembleia de Deus Vitória em Cristo e um dos principais aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro.

GOVERNO ENTRA EM CAMPO

A escalada dos protestos contra o projeto, contudo, fez o governo reagir. Dois dias depois da aprovação da urgência na Câmara, a primeira-dama Rosângela Silva, a Janja, foi a primeira a criticar o projeto nas redes sociais, sendo seguida por todas as ministras mulheres do governo. Em viagem à Europa, Lula inicialmente evitou se posicionar, mas mudou de ideia no sábado e chamou a proposta de "insanidade". O petista afirmou ser contra o aborto, mas disse que é preciso tratar o assunto como uma questão de saúde pública.

O líder do governo na Casa também mudou de discurso e agora diz que vai procurar integrantes da bancada evangélica para demovê-los da ideia de aprovar a proposta. Ele usará como um dos argumentos a intensa mobilização da sociedade e protestos em todos os pontos do país.

— Vamos dialogar com eles, mostrar tudo que ocorreu no país e que é aconselhável toda a bancada evangélica recuar, porque isso cria uma crise sem precedentes em uma questão que é de saúde pública. Vou conversar com eles para recuar, o momento exige isso. Eles não imaginavam o tamanho disso. Sou contra o projeto e vamos sugerir que essa matéria não seja discutida, que voltem atrás — afirmou Guimarães.

A presidente do PT, deputada Gleisi Hoffmann (PR), afirma que apesar de a base governista não ser suficiente para barrar a proposta, também fará uma ofensiva na Câmara para impedir que o projeto seja levado à votação.

— Como não temos maioria, foi pautada (a urgência). Vamos fazer todos os esforços para não pautar (o mérito). Conversar com os partidos e com parlamentares possíveis de conversar — disse ela.

Integrantes da articulação política do governo dizem que o acordo fechado pelo presidente da Câmara e os líderes da Casa foi para aprovar a urgência, mas que não há entendimento para aprovar o texto em si.

Além de endurecer a punição a mulheres que realizam aborto, o projeto fixa em 22 semanas de gestação o prazo máximo para que a prática seja feita de forma legal. Atualmente, não há a previsão de tempo no Código Penal. No Brasil, o aborto é permitido em casos de estupro, de risco de vida à mulher e de anencefalia fetal (quando não há formação do cérebro do feto). (Colaborou Luísa Marzullo)

Nos bastidores, a posição do governo foi interpretada por líderes de bancada como uma tentativa de evitar desgastes

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Política **Página:** 4